



A ÁFRICA NO IMAGINÁRIO SOCIAL BRASILEIRO

Artemisa Monteiro

“ A diversidade das culturas humanas está atrás de nós à nossa volta e à frente. A única exigência que podemos fazer a seu respeito é que cada cultura contribua para a generosidade das outras.”

Claude Lévi-Strauss

Antes de tratar de pluralidade cultural como forma de desvendar o mito africano no Brasil, é importante refletir sobre a concepção da cultura. A cultura não é um simples conceito que se limita no sentido original da palavra (que significa cultivar, criar, etc.), mas sim, no cuidado do homem com a natureza, com a alma humana, com o corpo das crianças com a sua educação e formação. A cultura são os costumes, as tradições, a língua, a raça, a religião, enfim, os valores da diversidade humana. Ser culto não é ter escolaridade simplesmente, mas sim, ser você mesmo preservando seus valores seus costumes, falando a sua língua e apreciando as diferenças, amando e respeitando a si e seu semelhantes.

A identidade de um povo, num estado nacional ou continental, pode se transformar lentamente, seguindo as modificações históricas ou de forma mais veloz, sobretudo em períodos de guerra ou de grandes transformações locais. Muitas vezes tais mudanças são gerados durante certo tempo e, a partir de algum movimento tornaram-se visíveis.

Assim sendo, para entender o presente, é preciso compreender o que a história significa, no passado e para o futuro e, ainda, a diferença, entre a história, os pontos de vistas históricos e as interpretações da história. Portanto, a África trazida para Brasil há cinco ou seis séculos atrás de forma fragmentada, nas épocas da escravidão, não representa o todo do continente africano, ou seja, não representa mais no seu conteúdo social política e cultural o todo homogêneo hoje no Brasil. Houve muitas transformações

provocadas por vontades alheios ao próprio africano, pelas guerras, pelo nomadismo, ou pelas grandes transformações globalizadas.

A identidade africana construída e defendida no Brasil pelos movimentos negros, através de um elo escravocrata são insuficientes para representar a rica diversidade da cultura africana. “Entre 3,6 e 5 mil milhões de africanos que foram importados para o Brasil, de várias partes do continente africano, a escravidão gestou estruturas, relações sociais e econômicas, que tinham por meta sua permanência, e não permitiam-lhes a expor as suas culturas”.

Ao abordar o tema sobre a África, é necessário que busquemos mostrar aspectos positivos de sua realidade, pois o que sempre foi mais mostrado corresponde exatamente à ideia expressa nos grupos (escola, mídia, etc.), as distorções geradas no imaginário social pela hegemonia do pensamento social das elites, uma África de sofrimentos, miséria, de guerras de escravos, endêmicas de leão, onças, lobos, assim por diante, etc.

“ No Brasil, com raras exceções, não se estuda história da África. A população, majoritariamente descendente de africanos, é incapaz de reconhecer uma de suas matrizes formadoras da sua identidade a não ser através de estereótipos, um continente exótico, primitivo, miserável, ignorante, violento, os famosos três Ts (tarzan, tribo, e tambor), como ensina o professor José Maria Perreira, do CEAA- Centros de Estudos Afro-Asiáticos”.

Portanto seria ingenuidade minha ignorar estes aspectos que também fazem parte de sua realidade. Mas ela não se esgota nisso. Pois a África possui uma riqueza cultural muito grande que é desconhecida tanto no Brasil como no resto do mundo, e a proposta deste trabalho é descrever referências positivas, e a partir daí mostrar ao Brasil, que a África é um continente que possui a sua história social política e uma ampla diversidade cultural que a torna Várias Áfricas, consequentemente terá o seu lado de sombra e de sol.

Como toda a história tem seu lado de distorções, mitos e realidades (sombra e o de sol), a África também teve suas histórias de sol e sombra mal contadas, acompanhado de várias distorções, falta de conhecimento, da ignorância, e, sobretudo dos mitos sobre este continente. Tirar a África de homogêneo, “sociedades estáticas e exóticas”, ou seja, conceitos que povoam a imaginação brasileira, tomando-a como um país, é apontar para as abordagens da diversidade cultural, que nos últimos dois séculos, que certos autores como Clifford Geertz, que explica isso em face da necessidade de qualificar e ao mesmo tempo, de reconhecer que relevância da diversidade cultural, trata de explicar a variedade de modos pelas quais os homens vivem em sociedade através das explicações de estágios evolutivos, de comportamentos pan

humanos ou de estruturas transcendentais (linguagem gramáticas) que servem para explicar as diferenças entre as sociedades.

O objetivo aqui é dar conta do panorama colorido e plural que caracteriza as relações das diferentes culturas entre si e , ao mesmo tempo, das peculiaridades internas de cada cultura. Na África continental pode-se encontrar varias etnias com diferentes culturas e costumes até dentro do mesmo país se verifica pessoas da mesma nacionalidade, mas com culturas deferentes, pois falam línguas diferentes (existem várias etnias, cada uma com suas linguagens e tradições).

A generalização da África no Brasil, pode-se esclarecer através de novos estudos sobre aquele continente, que está em constante transformações socioculturais, que todos convivem em diferentes graus, compartilhando um legado heterogêneo de valores, pluralismo, comportamentos e atitudes que formam a sua diversidade cultural. A diversidade cultural do continente refere-se, portanto, a uma ampla variedade de experiências que está na base da criatividade e da singularidade de seus povos.

A riqueza e a diversidade culturais dos africanos são exemplos de que o fenômeno da cultura não existe fora e isolada dos contextos em que se produzem as identidades, que essas são o seu substrato mais profundo, portanto a África estática e todo homogêneo que ainda permeia no imaginário social brasileiro, só existe no Brasil, e na cabeça de certos grupos sociais.

Dessa forma, tendo em vista o fato de que a formação de identidade de um povos passa, necessariamente, pelo processo de reconhecimento de sua peculiaridades específicas, ou seja, daquelas características que os diferenciam dos demais, a aceitação dos modos de ser dos outros opera como um elemento central do próprio processo de auto-identificação. Isto quer dizer que não existe forma de se chegar a afirmação da própria identidade sem reconhecimento da alteridade , mas a alteridade sempre remete à multiplicidade de expressões que, em última análise , constitui a diversidade cultural.

Há pesquisadores, Henrique Cunha por exemplo, que levantam um elenco de aspectos culturais , memórias, significados, referências históricas e simbólicas, e os categorizam como africanidades, é verosímil, porque isso concede ao povo estatuto a esse ao aporte do povo negro que sempre foi negligenciado/menosprezado/ folclorizada pela intelectualidade. Mas vejo ser necessário discutir um pouco mais, essas africanidades que são algo como significações imaginárias sociais produzidas a partir da vivência negra no Brasil, que geram força, capacidade de ação, identidades; são fundamentais como expressão dos sentidos históricos em que estiveram envolvidos - o trafico, e escravidão resistência, as dores, os ressentimentos, as lutas, as vitórias e derrotas, erros e acertos...etc.

Portanto, cabe-nos indagar, qual seria , hoje, o papel dessas africanidades? Isso é o que vejo ser necessário aprofundar, ou seja, se conscientizar de uma forma não generalizada, porque não serve nem aqui no Brasil, e nem em África. “Pois ficar cultuando o passado ou as coisas positivas que identificamos como nossas, no presente sem levar em conta as transformações ocorridas pode nos levar ao equivoco. Interessa criar a partir disso, e perceber que nada disso é exclusivamente brasileiro. Os referenciais históricos, simbólicos , estéticos, passaram e continuarão passando por resignificações entre o povo africano, com diferenças para as mulheres, os jovens, os mais velhos; também diferenças individuais de acordo com as experiências(variadas)vividas, etc” (Amaurim Mendes, 2003).

Africanidades então seriam as questões relacionadas ao negro no âmbito de nossa sociedade, que nos remeteria ao termo Afrodescendência que são os costumes africanos trazidos por ancestrais que hoje estão embutidos na cultura. Em suma, Africanidades e Afrodescendência focalizam uma preocupação para melhor entender (a fim de proceder um aproveitamento mais adequado) sobre a herança africana e os reflexos (positivos e negativos) dessa procedência histórica-cultural.

Resumidamente, posso dizer que africanidades no Brasil só servem para dar força aos negros , fazendo articulações mais amplos e consistentes em suas lutas. Enfim, para os tornar mais aptos a contribuir de verdade com as transformações que são necessárias, seja nas condições matérias, ou na ética, ou no nível da espiritualidade de povo brasileiro (independente da cor da pele ou da ancestralidade).

Falar do imaginário africana no Brasil, é também falar da escravidão a que foi submetido povo africano nas terras brasileiras. Os homens, em grande maioria, mas também mulheres, de todas as regiões foram trazidos para Brasil, de onde hoje são Angola e as duas Repúblicas Congolezas, a Democrática e a Popular, do início ao fim do tráfico, para todos Os grandes portos brasileiros, Recife, Salvador, São Luiz Rio de Janeiro; Golfo da Guiné e das áreas interioranas que ali convergem, para as “minas gerais”, por sua experiência em mineração, mas também para Maranhão e Bahia, negros Moçambique designação dadas aqueles que eram trazidos da costa oriental africana principalmente após a pressão inglesa contra o tráfico ao norte do equador, já nas décadas iniciais do século XIX. “*Alguns estudos mais recentes estimam em cerca de 40% de todos africanos para o mundo novo, o percentual aportado no Brasil algo em torno de 6 milhões*”(Garcia Florentino, Manolo. *Em costas Negras. Arquivo Nacional. RJ.1995*).

Ainda no século XIX, negada a qualquer dimensão histórica aos seus povos, o continente africano passou a ser estudado apenas por lingüistas, antropólogos, etnologos, contaminados por profundo viés analítico eurocentrista, o que em geral pretendiam era conseguir seus preconceitos sobre os “seres

primitivos”, as “ilhas culturais”, que atiçavam curiosidades de algumas populações europeias. Foi o auge do efêmero do racismo científico que proclamava a inferioridade biológica dos negros e de outros povos não brancos. Estas idéias ganharam impulso porque atendiam à conveniência das elites dirigentes. Por um lado marcava os traços das suas próprias sociedades (empobrecidas e defasadas culturalmente), em áreas de diversas nações europeias, por outro lado, tentava justificar suas políticas de exploração colonial. Nas décadas de século XIX, Nina Rodrigues (1964), fazia coro com o racismo científico e deplorava o futuro do Brasil. Um dos seus principais discípulos, o sociólogo Oliveira Vianna, embora concordasse com a inferiorização do negro proclamada por Nina Rodrigues, não partilhava seu desânimo. Pelo contrário, ele acreditava que o Brasil tinha jeito, desde que, através da mestiçagem, se “levasse” com a genes branca, superior, o sangue do povo brasileiro daí “febre” e a intensidade da política imigratória patrocinada pelos sucessivos governos brasileiros, até Getúlio Vargas.

No seu livro *Brasil e África – outro Horizonte* (1964), José Honório Rodrigues apresenta valiosa pesquisa a respeito da campanha legislativa para impedir a entrada de imigrantes não brancos, no Brasil. Segundo ele, do início da república até o fim do Estado novo “continua dominante o pensamento de embranquecer o povo brasileiro e evita a entrada de grupos não europeus, os dominantes, os superiores”. “O decreto – lei número 7667, de 18.1945, dispõe no seu artigo II: atender-se-à, na admissão dos imigrantes, a necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia (1964.p...). Como se percebe, não só as elites mas o próprio Estado Brasileiro “se posicionou a todo momento claramente, por uma estratégia racista que projetava o branqueamento da população” (Vainer 1990.113).

A partir da criativa obra do antropólogo Gilberto Freire, nas décadas de 30, em seu livro *Casa Grande Senzala*, que teve enorme impacto na reformulação do pensamento social das elites brasileiras, é de 1933 - as elites brasileiras puderam escolher entre racismo explícito e uma nova concepção mais conveniente da questão racial. É verdade que, pela primeira vez, se reconhecia ao negro uma influência na formação social e cultural brasileira, estereotipando a sua docilidade, a sensualidade, plasticidade, o exotismo, enfim.... mas ao mesmo tempo, aquele autor idealizava e tomava herói o português, consagrava o paternalismo como norma de tratamento, induzia à glorificação da mestiçagem como etapa do branqueamento da população brasileira, arrematando com as bases teóricas da democracia racial. Gilberto Freire internacionalizou e ampliou sua produção teórica. Foi às colônias portuguesas na África, e voltou com o *Luso – Tropicalismo*, um conceito que tentava explicar a habilidade toda especial do português para levar aos trópicos os valores

da civilização ocidental. De qualquer forma, a pressão, o controle e a folclorização continuaram a ser a norma de tratamento às manifestações culturais de matrizes africanas como samba, a capoeira, as religiões, etc.

A partir da década de 50 começaram a se inverter o enfoque dos estudos de relações raciais no Brasil. De início, alguns cientistas sociais perceberam a necessidade de valorizar as iniciativas dos movimentos sociais do meio negro, observando que cabia à população negra um papel importante na superação da discriminação e das desigualdades raciais. Mas adiante, reconhecendo que a perpetuação do racismo não era algo meramente residual, um resquício do passado. Portanto estudar a história da África é essencialmente dar conta desse desafio; estão aí as manifestações culturais e religiosas que sobreviveram à escravidão. Através delas, e no embate com a discriminação racial, defluem comportamentos característicos, atavismo, expressões de sentimentos, formas de organização e de conveniência comunitária... não se pode negligenciar conhecimentos que ajudem a decifrar esse universo tão dinâmico em si, e que se confunde com a própria dinâmica social brasileira.

Mesmo que quisessem, as classes dirigentes não conseguiriam evitar a divulgação desses conhecimentos que hoje são, de fato, uma demanda social. É parte da ampla e irreprimível vontade da maioria do povo brasileiro se conhecer melhor, para ser melhor e construir uma sociedade melhor.

Portanto, interessa compreender, analiticamente, quais os traços dessa mitificação da África no Brasil presentes nos movimentos negros organizados teresinenses.

Poderíamos, então, falar do “mito da africanidade brasileira”? Será que este mito não estaria estimulando a discriminação e o preconceito, ao invés de apaziguar seus efeitos da discriminação, como acredita o movimento negro organizado?

Pois bem, o que podemos afirmar em relação a isto, é que ainda permanece no pensamento social brasileiro o mito sobre a África em relação a sua cultura, história, e sua formação identitária, devido a ausência da história africana nos currículos escolares, e o descaso com que este vem sendo transmitido, levando sempre em conta o elo escravocrata, portanto, prevalece no Brasil uma África imaginária, à brasileira, com seus valores, crenças e cultos abramileirados, o que nos leva a certos conceitos sociais que os movimentos sociais hoje vêm cultuando como referências aos seus ancestrais, uma africanidade com domínio folclorizado, tipicamente a brasileirada.

Mas o que vejo como equívoco é que *“A África não pode ser reduzida a uma entidade simples, fácil de entender. Nosso continente é feito de profunda diversidade e de complexas mestiçagens. Longas e irreversíveis misturas de culturas moldaram um mosaico de diferenças que são um dos mais valiosos patrimônios do nosso continente. Quando mencionamos essas mestiçagens, falamos com algum receio,*

como se o produto híbrido fosse qualquer coisa menos pura. Mas não existe pureza quando se fala da espécie humana. Dizem que não há economia atual que não se alicerce em trocas. Pois não há cultura humana que não se fundamenta em profundas trocas de alma”(Mia Couto, 2003, N° 888)”.

Nas entrevistas feitas durante a pesquisa aos alunos do CCHL-UFPI, *o que é a África para você?* Eles se enrolavam para responder, na verdade ninguém sabia o que é africanidade no meio de muitos símbolos folclorizada, mas pude notar que as repostas são tendenciosas às da mídia, ou seja, o que passam sobre a África, não atendo a sua diversidade como um continente, mas sim um país primitivo que na verdade ainda permeia no imaginário social(fome, doença , guerras, roupas coloridas, e pessoas selvagens...).

Ora, todos estes pressupostos me parecem vagas e direcionadas pela mídia, já que na escola a sociedade não tem acesso a estudos sobre o continente, além da história contada na época do tráfico negreiro. Isto nos leva a crer porque se torna como referencia aquilo que é histórico.

A idéia que se tem da África , quase na maioria da sociedade brasileira, é referentes aos africanos escravos, Zumbi dos Palmares, entre outros, assim como das relações estabelecidas pelos sistema de negro preguiçoso, burro e etc. As definições baseadas numa base exótica, “como se os africanos fossem particularmente diferentes dos outros, ou como se as suas diferenças fossem o resultado de um dado de essência”.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- BASTIDE**, R. Fernandes. *Branços e negros em São Paulo, Nacional: Brasiliiana, 1959.*
----- e F. Fernandes- *relações raciais entre negros em São Paulo. UNESCO/ Anhembi –SP/995*
- BOURDIEU**, Pierre. *A economia das trocas simbólicas. 3ª ed. Editora Perspectiva: São Paulo, 1982.*
- CASTELLIS**. Manuel. *A era da informação da identidade cultural. In: O Poder do Id. Vol. 2. 2ªed. Paz e Terra: São Paulo, 2000.*
- GUIMARÃES**, A. Z. (org.). Desvendando máscaras sociais. Francisco Alves: Rio de Janeiro, 1990.
- CUNHA**, E. *os sertões. São Paulo? Abril Cultural, 1979.pp.57-113.*
- DIEGUES**, J.M. *Etnias e culturas no Brasil*. Biblioteca do Exército: Rio de Janeiro, 1980.
- DAMATTA**, R. *Digressão: A Fábula das três raças ou problema do racismo à brasileira. In: Relativizando, uma introdução à antropologia social. 4ª ed. Rocco: Rio de Janeiro, 1991.*
- FREYRE**, Gilberto. *Casa grande e Senzala. Rio de Janeiro e Brasília. INL-MEC,1980.*

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Ática, 1978. V.I e II.

GUIMARÃES, A. Z. (org.) *Desvendando máscaras sociais*. Francisco Alves: Rio de Janeiro, 1990.

GEERTZ, C. " os usos da diversidade". IN *Nova Luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Jorg Zahar ed., 2001.

LARAIA. *Roque de Barros. Relações entre negro e brancos no Brasil*. In: BIB- o que se deve ler em ciências sociais no Brasil.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude; usos e sentidos*. São Paulo, Ática, 1986.

----- *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: vozes, 1999.

NOGUEIRA, O. *Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem*. In: Tanto Preto Quanto Branco: Estudos de Relações Raciais. Taqueiro: São Paulo, 1985.

Artemisa Odila Candé Monteiro – Cientista Social – Estudante de Convênio Guiné Bissau –Brasil - PI
